

O IMPACTO DO CURRÍCULO PARA A VIDA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA: UMA REFLEXÃO INICIAL¹

Gabriela Berbel dos Santos.²

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça.³

RESUMO

O presente artigo nasceu a partir das experiências como voluntária do Programa de Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A presença na escola evidenciou uma série de questões urgentes que demandam atenção e reflexão dos sociólogos e pesquisadores da educação. Das principais, e apontadas nesta análise, estão os impactos na alteração do currículo escolar pautado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a vida da juventude e o modo que estabelecem suas relações sociais na escola, e a necessidade premente de uma formação de professores de Sociologia que considere os desafios políticos do momento. Nesse sentido, o objetivo dessa análise é propiciar reflexões iniciais sobre os principais problemas encontrados na escola atualmente que dialogam com a questão educacional do Brasil, sem perder de vista a defesa pela presença da Sociologia nas escolas e do ensino humanizador e de qualidade.

Palavras-chave: Escola, Sociologia, currículo, juventude, formação de professores.

Realizar a parte prática do curso de licenciatura a partir do Programa de Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma experiência muito diferente do estágio supervisionado. A presença na escola pública como estagiário se concretiza de maneira distanciada, como um trabalho de campo que não passa da tarefa de observação, é claro que frequentando as mesmas turmas por um certo período surgem aproximações com os estudantes e os professores, mas nada que transforme a categoria de estrangeiro que o estudante de nível superior assume dentro das escolas, tanto perante ao professor, como diante dos alunos. No estágio supervisionado o interesse e a curiosidade dos estudantes para entender o papel do estagiário torna-se muitas vezes mais acolhedor do que as ações dos próprios professores que um dia estiveram nessa mesma condição.

¹ Este trabalho foi realizado para a disciplina de Estágio II em Ciências Sociais da Unesp de Marília a partir das experiências no Programa de Residência Pedagógica.

² Graduanda do quarto ano de Ciências Sociais pela FFC - Unesp de Marília, gabriela.berbel@unesp.br

³Dr^a Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, docente do curso de licenciatura em Ciências Sociais na Unesp de Marília, sueli_guadalupe@uol.com.br

No entanto, na condição de residente, a relação com a escola e os alunos se modifica um pouco, pois passa a ser possível realizar um trabalho que vai além da observação e enriquece a reflexão para a construção de uma análise sociológica com a intenção de desvendar a realidade à luz de referenciais teóricos e experiências práticas na sala de aula. Como residente, há uma aproximação maior com o professor bolsista do programa e a turma em que se está realizando o trabalho. Então, além da observação, há abertura para auxiliar os alunos na realização de algumas atividades, acompanhar o plano de aula do professor, ter acesso às avaliações, desenvolver atividades com os alunos e até ministrar alguns conteúdos.

Nesse sentido, essa análise sociológica tem como objetivo discutir e problematizar a vivência do estágio numa escola pública estadual, localizada na zona industrial de uma cidade do interior paulista, buscando comparações com a realidade educacional brasileira. Para isso, é necessário levantar as impressões da escola, bem como identificar as influências da sua localização geográfica e infraestrutura no cotidiano escolar. Refletir sobre o conceito de juventude e a partir disso discutir o perfil dos estudantes da referida escola, buscando averiguar se há uma relação com a Reforma do Ensino Médio e os seus impactos, sobretudo na sala de aula. Estabelecer reflexões sobre o trabalho do professor e a sua relação com os alunos buscando reafirmar a importância de uma formação política, além de refletir sobre a prática docente com a contribuição de entrevistas com professores de diferentes áreas do conhecimento. Levantar questionamentos sobre a influência do currículo na vida escolar dos alunos e dos professores, além de explicitar a opinião de alguns professores em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A escola está localizada num bairro industrial, economicamente importante para o município, porém afastado do centro comercial. Em vista disso, um dos primeiros aspectos que implica dificuldades no cotidiano escolar é a falta de qualidade no transporte público que impossibilita o traslado na cidade, sendo difícil o acesso para funcionários e estudantes moradores de outros bairros. Como também, difícil para os estudantes moradores deste bairro industrial realizarem outras atividades, como trabalho, cursos extracurriculares, lazer em outras regiões por conta da sua localização afastada.

A baixa qualidade do transporte público da cidade afeta diretamente os jovens da escola, pois dificulta a realização de atividades externas, sobretudo as culturais, que são importantes para o desenvolvimento das capacidades humanas e para o processo educacional. A falta de mobilidade urbana tem por consequência o fenômeno de segregação espacial, visto

que os espaços socialmente construídos possuem finalidades distintas e o acesso ao lazer e a cultura se concentra em localidades específicas. Esse problema social fica evidente nessa escola, porém se manifesta em diversas regiões do país, afetando o quadro educacional geral.

No caso particular das cidades brasileiras, é indispensável articular o papel da segregação urbana na produção da desigualdade e da dominação social. Isso porque a segregação (em geral, e em inúmeras de suas manifestações “oficiais”) é aquela forma de exclusão social e de dominação que tem uma dimensão espacial. (VILLAÇA, 2011, p. 41).

Além da sua localização, a infraestrutura apresenta alguns problemas para o desempenho escolar. Na sua estrutura interna há portões com grossas correntes e cadeados, os que estão num local de constante passagem de pessoas permanecem abertos no período de aula, os que não estão, mantêm-se fechados, alunos e professores possuem restrições de circulação no ambiente escolar. Ademais, em todas as portas das salas de aulas há portões de grades de ferro, aos olhos de um observador, uma desconfiança paira na escola, o patrimônio ou os bens materiais devem ser mais protegidos do que as pessoas. Os portões de acesso à quadra permanecem fechados a maior parte do tempo e parecem ser abertos somente no período de aula de Educação Física. A porta da biblioteca, isolada no fundo de um corredor de salas de aula, permanece fechada muitas vezes, embora tenha sempre uma funcionária presente.

A realização da atividade/pesquisa ‘Espiral’⁴, instrumento que permite a realização de uma série de perguntas destinadas aos alunos de modo diferenciado, demonstrou através de uma questão que o maior problema da escola para boa parte dos alunos é o mau funcionamento do banheiro. O banheiro feminino da escola encontra-se em condições ruins, as privadas não possuem assentos e a disponibilidade de papel fica para fora das cabines. E o banheiro masculino permanece sempre fechado, a escola alega que ele está quebrado, mas não é possível obter maiores informações, dessa forma, os meninos acabam utilizando o banheiro para pessoas com deficiência.

Essa situação influencia negativamente a presença dos estudantes na escola que merecem condições melhores, afinal, ir ao banheiro, alimentar-se, beber água filtrada, exercitar-se, ler e socializar são demandas que a escola possui e que devem ser atendidas da melhor forma possível, com infraestrutura de qualidade, por isso devem existir nas escolas, boas quadras e espaços de convivência, refeitório, bibliotecas e etc. Embora, essa escola possua uma biblioteca, quadra e refeitório, a sua estrutura encontra-se aquém do que seria

⁴ Questionário realizado com turma do primeiro ano do Ensino Médio em abril de 2023.

ideal para os alunos e para o trabalho pedagógico dos professores, sobretudo no que diz respeito às situações dos banheiros. Sobre a arquitetura da escola e a sua relação com o processo pedagógico, Dayrell coloca:

Essa questão, no entanto, é pouco discutida entre os educadores. Não se leva em conta que a arquitetura é o cenário onde se desenvolve o conjunto das relações pedagógicas, ampliando ou limitando suas possibilidades. Mesmo que os alunos, e também professores, o ressignifique, existe um limite que muitas vezes restringe a dimensão educativa da escola. É muito comum, por exemplo, professores desenvolverem pouco trabalho de grupo com seus alunos, em nome de dificuldades, tais como tamanho da sala, carteiras pesadas etc. Uma discussão sobre a dimensão arquitetônica é importante em um projeto de escola que se proponha levar em conta as dimensões socioculturais do processo educativo. (DAYRELL, 2001, p. 148).

A escola, como instituição que possui a finalidade de promover o conhecimento científico (Young, 2007) e desempenhar uma formação humana, deve encontrar-se em condições básicas para o acolhimento dos seus alunos. Caso contrário, torna-se difícil atingir os objetivos de uma aprendizagem de qualidade num espaço que não atende as necessidades para tal de forma adequada:

A ausência das condições mínimas necessárias, ao longo das últimas três décadas, para o desenvolvimento das atividades pedagógicas – que envolvem condições de trabalho do professor, biblioteca, laboratórios, salas de aula adequadas, entre outros – solapou a qualidade de ensino público, como uma morte anunciada que não chega ao desfecho final. Não por falta de medidas drásticas por parte do governo, mas porque essa situação de precarização limite da escola pública se torna eficaz para a venda da mercadoria ensino privado. (MENDONÇA, 2019, p. 38).

É necessário, nesse sentido, perceber como o espaço pode limitar as experiências educativas, como também o desmonte da infraestrutura da escola pública influencia sua qualidade e pode evidenciar um plano maior de mercantilização da educação. Mas, ainda assim, com todas as restrições que a instituição impõe sobre seus alunos e professores, existe uma capacidade de recriar novos sentidos por meio da apropriação e da sociabilidade entre os indivíduos (Dayrell, 2001), o que de algum modo, dá vida à escola e desenha mais uma contradição desse espaço.

Outro aspecto importante para compor a análise é identificar o perfil dos estudantes e relacioná-lo com a juventude brasileira. A juventude desta escola é diversa e compõe um quadro heterogêneo de idade, raça, gênero e sexualidade, embora homogêneo na questão da baixa condição econômica. O comportamento da maioria é expansivo e agressivo enquanto há uma minoria apática que não interage com os colegas, tampouco com os professores.

Este cenário pode ser refletido de acordo com as ideias de Mannheim (1983), uma vez que para o autor, há uma potencialidade de ação na juventude. Ela se constitui como agente

revitalizante na sociedade, pois esses sujeitos vivenciam a contradição de ter que se submeter às regras das quais eles não participaram da criação gerando um incômodo e a possibilidade de criação de novas normas sociais ou alteração das velhas normas que podem ser para o melhor ou pior da sociedade. Buscar compreender o comportamento dos jovens dessa escola, que se assemelha com o quadro geral de outras instituições de ensino, é muito importante para identificar a raiz do problema. O descontentamento dos alunos está relacionado a algo maior. O comportamento não é algo dissociado da realidade, mas fruto das experiências que esses sujeitos estão tendo. Esse comportamento pode ser analisado à luz da concepção de juventude como agente revitalizador de Mannheim:

Na medida em que existe o desejo de adotar uma nova orientação, isso terá de fazer-se através da juventude. As gerações mais velhas ou intermediárias podem ser capazes de prever a natureza das mudanças futuras e sua imaginação criadora pode ser empregada para formular novas políticas; mas a nova vida será vivida apenas pelas gerações mais jovens. Estas viverão os novos valores que os velhos professam somente em teoria. Sendo assim, a função específica da Juventude é de um agente revitalizador. Trata-se de uma espécie de reserva que se revela apenas se tal revitalização for desejada para o ajustamento a circunstâncias rapidamente mutáveis ou completamente novas. (MANNHEIM, 1983, p. 93).

Nesse sentido, é importante refletir sobre a capacidade da instituição escola minar ou potencializar essa força latente. Além disso, esse fenômeno depende das relações de classe e intergeracionais de uma sociedade e se manifesta muitas vezes na escola que frequentemente incorpora a função de inserção da juventude na vida pública, sendo um dos ambientes onde há maior socialização e impulso para o surgimento de identidades de acordo com as condições objetivas que esses jovens estão inseridos.

A contaminação da ideologia neoliberal nas escolas ilustra como a juventude é um agente revitalizador e o capital têm-se utilizado disso como um mecanismo para sua própria reprodução. Nesta análise foi possível perceber que tanto o conteúdo das disciplinas, como as conversas dos jovens estão carregadas de economicismo, aparecendo constantemente: dinheiro, mercado, emprego e quando não são esses os termos, o assunto 'Deus', acompanhado de família e liberdade se faz presente na sala de aula. O que, conforme Apple, se caracteriza como uma *modernização conservadora*:

Ajuda pensar que isso se inscreve num vasto projeto sócio-pedagógico, o qual tem ativamente – e em grande parte com sucesso – buscado transformar nossas próprias idéias a respeito da democracia. Esta já não é mais um conceito político, mas, antes, um conceito econômico pleno no qual indivíduos desvinculados – que, supostamente, fazem escolhas “racionalis” num mercado sem entraves – vão acabar nos levando a uma sociedade melhor. (APPLE, 2003, p.1023).

O Estado neoliberal encontra suas próprias formas de vigilância e manipulação para encorajar o homem a ser um sujeito responsivo para que cada um faça de si mesmo a sua própria empresa (Apple, 2003). Este controle ideológico se faz por meio da educação, utilizando-a como uma ferramenta para a passividade por meio da ressignificação de valores conservadores que manipulam a classe trabalhadora a ponto de conseguir fazer o sujeito negar a si mesmo e a sua condição histórica. Nesse sentido, o que se vê nas escolas é uma forte penetração de discursos meritocráticos e a agressiva mercantilização da educação que dá abertura para o avanço dos serviços privados em detrimento dos serviços públicos.

A Reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC no currículo escolar são mecanismos que encorajam esse comportamento. Elas contribuem para uma concepção mercadológica de educação e para a presença do economicismo e individualismo no ensino. Ao colocar o jovem como protagonista da sua formação sem que exista um conjunto de conteúdos e uma metodologia preocupada com isso, abre lacunas e conseqüentemente faz com que a juventude culpe a si própria por suas dificuldades em progredir. Essa valorização do protagonismo, quando não há meios para que ele exista, favorece o discurso meritocrático e o sentimento de fracasso nos jovens que não conseguem obter sucesso. Quando na verdade, torna evidente a ineficiência da pedagogia das competências para uma educação de qualidade:

Tal proposta educativa é congruente com as demandas do capital na conjuntura neoliberal de compressão da estrutura dos sistemas públicos de Ensino para abertura de nichos de mercado para o ramo de negócios da Educação privada (CUNHA, 2007), atribuindo aos indivíduos a responsabilidade sobre seu percurso formativo, o que se revela como atuação mínima do Estado, no campo da Educação, tanto em termos de provimento e de máxima quanto em termos de regulação, como se constata nos documentos oficiais como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (FILIPE, SILVA, COSTA, 2021, p. 789).

Para a Sociologia, especificamente, a Reforma do Ensino Médio pode ser lida como mais um ataque que a disciplina sofreu, uma vez que, historicamente a sua institucionalização no currículo das escolas brasileiras fez-se penosa marcada por idas e vindas e em momentos diferentes cumprindo funções diversas. Com a nova estrutura curricular a disciplina “desaparece” no segundo e terceiro ano do ensino médio e a sua presença se faz nos itinerários formativos, ou pelo menos deveria aparecer através deles. Porém, o que se vê é o esvaziamento do conhecimento teórico e científico que afeta não somente a Sociologia como também outras disciplinas:

Na Educação, mais do que perdas de direitos, vemos resultados de políticas hegemônicas implementadas há décadas por diferentes governos. À Sociologia na Educação Básica, também afetada por essas políticas, é novamente imposta à condição de disciplina não obrigatória, cenário bem conhecido por ela, porém com

um elemento novo, não é a única disciplina nessa condição. Disciplinas clássicas do currículo – História, Geografia, Física, Química, Biologia, Educação Física, Inglês – passam a compartilhar com a Sociologia e, de certo, modo também com a Filosofia, um não lugar no currículo. Mais do que nunca o desafio de ser professor de Sociologia e cientista social se manifesta com força e necessidade singulares, que vão além do conforto de análise da realidade e convoca a pensar estratégias de luta, ou quiçá, no pior cenário, de sobrevivência como profissionais e sujeitos políticos. (MENDONÇA, 2019, p.35).

A apatia presente na sala de aula em relação à figura do professor, que se observa nas escolas, parece ter relação com o esvaziamento científico do currículo. Pois, quando perguntado aos jovens na pesquisa 'Espiral' qual a função da escola, a maioria tem como resposta que a escola é um lugar de estudar e aprender. Isso sugere que eles ainda têm no seu imaginário a essência dessa instituição como o ensino-aprendizagem.

Contudo, há uma contradição, porque, enquanto eles respondem e imaginam que seja o estudo, eles não vivem isso, em decorrência das suas condições objetivas e do “mau comportamento”. Mas, este deve ser analisado como consequência das mudanças e dos ataques que a instituição escolar vem sofrendo nos últimos tempos, a fim de não culpabilizar os sujeitos que mais foram afetados por essas alterações.

As mudanças do currículo abriram brechas para uma sala de aula onde não prevalecem os conteúdos importantes para a formação humana, este cenário acompanhado da “modernização conservadora” (Apple, 2003) deu espaço para discursos que um dia pareciam estar “controlados” como racismo, machismo, homofobia, gordofobia e etc., que estão constantemente presentes nas falas e conversas dos alunos, materializando um estado de violência dentro da escola.

A escola hoje parece estar sendo um mecanismo do capital que possui a intenção de causar 'vazios' através de uma formação precarizada, mas além desses vazios em que as pessoas não estão desenvolvendo as capacidades básicas para a compreensão de si e da sua realidade, a escola como um dos principais espaço de socialização dos jovens, está incentivando uma forma de se relacionar cada vez mais agressiva, desrespeitosa e individualista, é a partir disso que se pode pensar que o currículo possui forte influência na vida escolar e é capaz de afetar a juventude.

Os massacres que ocorreram nas escolas do Brasil nos últimos vinte anos configuram uma onda de violência que muitos interpretam como consequência de violências anteriores como o bullying. A mídia e alguns especialistas da educação têm psicologizado um problema que é social e estrutural, uma vez que, como já mencionado a escola tem fomentado maneiras

violentas de se relacionar, há uma prática do bullying generalizada que se alimenta da ascensão do fascismo e do conservadorismo. É importante buscar o apoio da psicologia para compreender esse fenômeno, mas as Ciências Sociais, sobretudo a Sociologia na escola, é tão importante quanto as outras ciências para mitigar o problema, visto que, é possível notar a relação entre o esvaziamento do currículo e, portanto, de uma formação humana com a crescente violência dentro das escolas. Esvaziamento, este, que é proposital para a própria manutenção do capitalismo.

A luta para buscar a revogação da reforma é imprescindível para trazer fôlego para a luta mais importante que é uma educação de qualidade com conteúdos científicos que instiguem o pensamento crítico e proporcionem a emancipação desses jovens. Contudo, um aliado nesta luta é a tentativa de fazer um bom trabalho mesmo quando as condições objetivas não são tão favoráveis. O papel do professor neste momento é crucial para que os danos não sejam tão catastróficos.

Nesse sentido, a luta por uma educação básica de qualidade deve estar atrelada à luta por uma formação de professores de qualidade. Uma vez que, professores capacitados na sua área e detentores de uma formação político-pedagógica estarão mais preparados para enfrentar este cenário, por meio da valorização do conhecimento da sua disciplina com as ferramentas necessárias para que os estudantes tenham necessidade de conhecê-la e buscando melhores condições de trabalho e de aprendizagem. Pois, um professor sem formação política torna-se mais acomodado com a sua realidade (Fernandes, 2020), uma vez que não domina os instrumentos necessários para identificar a brutalização do seu próprio trabalho.

Ao entrevistar professores⁵ de diferentes áreas como Sociologia e Língua Portuguesa, todos relatam que estão sobrecarregados, que abraçam um grande número de aulas e perdem o seu tempo livre. Eles colocam que existe uma grande dificuldade de distanciamento entre trabalho e vida pessoal, porque sempre estão levando trabalho para casa e até quando estão desfrutando de momentos de lazer, permanecem pensando no trabalho, por exemplo, ao assistir um filme, tentam identificar formas de utilizá-lo pedagogicamente com os alunos, esse processo é constante em seus cotidianos e ocasiona cansaço e sobrecarga.

Os professores enfrentam longas jornadas de trabalho, entre 20 até 35 aulas semanais em diferentes escolas. Eles consideram o ambiente de trabalho hostil, com alto nível de

⁵ Entrevista realizada para a disciplina de licenciatura do 4º do curso de Ciências Sociais em maio de 2023 com os professores Mário Bolpoto de Língua Portuguesa e Rodrigo Rufino de História.

cobrança, porém colocam a sala de aula como o espaço mais agradável mesmo com todos os problemas. O esgotamento mental está muito relacionado com a demanda de burocracias e controle. Um dos professores relatou que a sala dos professores costuma ser um local de muita tristeza onde é possível perceber o adoecimento físico e mental dos profissionais que trabalham na escola e onde há o descarrego de frustrações e lamentações. Sobre as condições de trabalho do professor, Florestan (2020) aponta as relações históricas desse contexto afirmando a existência de uma brutalização cultural na sociedade brasileira que implica a necessidade de um professor-cidadão:

O cidadão está num lado, o educador está em outro. Entretanto, o principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária. Todos os regimes manipulam. O totalitarismo não manipula sozinho a personalidade humana ou os pequenos grupos, as grandes massas. Manipulações são feitas em termos de interesses dominantes e com frequência de forma repressiva e opressiva. (FERNANDES, 2020, p.74).

O que é possível notar com as respostas dos entrevistados vai de encontro com o que Florestan (2020) já havia alertado, que independente da profissão seja ela efetivada pelo uso das mãos ou da intelectualidade, os sujeitos estão inseridos numa condição de estranhamento do seu próprio trabalho, presos na aparência do fenômeno, porque sendo professor ou não, vivem numa sociedade capitalista. O papel que o professor possui como intelectual é domesticado e cumpre a função de transmissão numa cadeia de dominação (Fernandes, 2020).

Os professores entrevistados também apontam que o objetivo do trabalho muitas vezes não é atingido porque há necessidades mais urgentes. Alguns responderam que o objetivo do seu trabalho é proporcionar o acesso a linguagem científica e a capacidade de leitura crítica da realidade. No entanto, todos responderam que por mais que possuam objetivos relacionados ao ensino e ao conteúdo da disciplina, muitas vezes, surgem demandas sociais e emocionais na sala de aula das quais o professor não pode e nem consegue fugir. Dessa forma, muitos destacaram a importância da construção de uma relação afetiva e de um vínculo com os alunos como processo fundamental para talvez alcançar os objetivos principais da disciplina.

Além disso, eles demonstram sérias preocupações com o impacto da Reforma do Ensino Médio. Um professor atualmente com aulas de História na rede privada afirmou que a reforma serve a um projeto de educação muito intencionado que aprofunda as desigualdades sociais. Ele também relatou que participou das primeiras discussões feitas sobre a BNCC em reuniões da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), pois na época estava encerrando uma segunda graduação em geografia, e na sua opinião e de outros colegas, o texto era vazio,

não apresentava conceitos, era mal redigido e não tinha referencial teórico, não sendo um material adequado de orientação. Para ele, o impacto será maior nas escolas públicas com sérios prejuízos para a educação brasileira.

O que é possível considerar, a partir desse panorama geral, que teve como ponto de partida essa escola do interior paulista, é que são tempos difíceis para a educação, mas a história mostra que o percurso da educação no Brasil não foi simples, isso é possível perceber pela própria história da institucionalização da Sociologia na educação básica. Desde o início não existiu um plano de educação voltado para o conhecimento científico e para uma formação de qualidade. Percebe-se que o acesso à educação foi expandido somente na sua quantidade por meio da criação de novas escolas, mas nunca qualitativamente.

Portanto, de nada adiantaria democratizar a escola, isto é, expandi-la de modo a torná-la acessível a toda a população se, ao mesmo tempo, isso fosse feito esvaziando-se a escola de seu conteúdo específico, isto é, a cultura letrada, o saber sistematizado. Isto significaria, segundo o dito popular, “dar com uma mão e tirar com a outra”. Com efeito, como já foi lembrado, para ter acesso ao saber espontâneo, à cultura popular, o povo não precisa da escola. Esta é importante para ele na medida em que lhe permite o domínio do saber elaborado. (SAVIANI, 2016, p. 58)

Isso não é falta de planejamento, pelo contrário, a Reforma do Ensino Médio com a implementação dos itinerários é fantasiada de falsa liberdade e expressa um planejamento maior, amalgamado aos interesses do capital para reforçar as estruturas de dominação, porque se a prioridade das escolas fosse o conhecimento, a classe dominante teria que buscar a manutenção do seu *status quo* por outras vias.

[...] a verdade é que a escola perdeu de vista a sua atividade nuclear que é a de propiciar aos alunos o ingresso na cultura letrada assegurando-lhes a aquisição dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. Em suma, o currículo incorporou as mais diversas atividades, mas dedicou pouco tempo para o estudo da língua vernácula, matemática, ciências da natureza, ciências da sociedade, filosofia, artes. (SAVIANI, 2016, p. 57)

Contudo, o trabalho pedagógico continua, as escolas com todos os seus problemas e indefesa, ainda pulsa e todos os dias letivos em diferentes períodos elas ficam mais coloridas com a presença de crianças e jovens com diferentes histórias e muitos sonhos. Cabe aos educadores e aos futuros professores perseverar, superar os desafios diários, tentar realizar um bom trabalho conscientes das condições objetivas e resilientes na luta por uma educação melhor. Afinal, essa foi a mensagem dos professores entrevistados, e nenhum trocava de profissão pelo tempo que isso levaria, mas também porque de alguma maneira ainda faz sentido estar dentro da escola e lutar por ela.

No entanto, nem todos os educadores se alinham a essa luta na prática e recriam uma imagem obsoleta da Sociologia. A observação das aulas de sociologia nesta escola, pode ser desmotivadora. A apatia, o impacto da reforma, a *modernização conservadora* na sala de aula e todos os outros problemas citados passam despercebidos. Se um professor de Sociologia vinda os próprios olhos contra os principais obstáculos da educação hoje e desiste dos seus alunos, qual será o professor que irá resgatar o ímpeto dos estudantes? Essa não é uma descrença em relação às outras disciplinas, mas é a sociologia que permite um olhar novo e diferente para o que está dentro e fora da sala de aula:

Resta ainda uma referência necessária sobre a presença da Sociologia no ensino médio. A escola como instituição social pode ser objeto de estudo da Sociologia e tornar-se um tópico do programa do curso – aliás, entre nós, o estudo da educação e da escola constituíram mesmo um capítulo da Sociologia da Educação, momento importante da formação, da consolidação e do prestígio da Sociologia brasileira. Pode-se também tomar a própria escola onde o professor trabalha como objeto de estudo e com isso ensinar pesquisas quantitativas e qualitativas, a serem realizadas pelos alunos, guardando-se os devidos limites quanto a instrumentos, técnicas e resultados. (BRASIL, 2006, p. 114).

Como a sociologia é a ciência capaz de estudar diversos objetos e fenômenos que se relacionam com a sociedade e a si mesma, ela é fundamental para crescer a força da luta contra as políticas de desescolarização. Se a mensagem para os futuros professores é “perseverar”, o instrumento de perseverança será a sociologia.

REFERÊNCIAS:

APPLE, M. Aliança estratégica ou estratégia hegemônica? Conservadorismo entre os - desfavorecidos. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 1019-1040, setembro 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, 2006.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2º ed, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

FERNANDES, F. A formação política e o trabalho do professor. In. **Desafio educacional**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

FILIPE, F. A., SILVA, D. S., COSTA, A. C.. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 2021.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. PEREIRA, L., FORACCHI, M. M. (org.) In: **Educação e sociedade**. 11ªed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

MENDONÇA, S. G. L. Neoliberalismo, (contra)reformas e Educação. In CARUSO, H., SANTOS, M. B. (orgs.). **Rumos da sociologia na educação básica**: reformas, resistências e experiências de ensino. Porto Alegre: Cirkula, 2019.

SAVIANI, D. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**, ano 3, volume 4, 2016.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 2011.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.